

## A FORMAÇÃO DOCENTE NO CURSO NORMAL DE 1º CICLO EM ASSÚ RIO GRANDE DO NORTE (1951-1952)

Letícia Crislaine Tavares Nogueira<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente estudo tem por objetivo central discutir aspectos da formação docente realizada no Curso Normal de Assú durante os anos de 1951 e 1952, destacando o desenvolvimento das ações de formação docente a partir dos desdobramentos de iniciativas históricas de instituições como as Escolas Normais. O recorte histórico proposto se justifica pelo período de criação do Curso Normal Regional na cidade de Assú em 1951 e de formação de sua primeira turma no ano de 1952. Silva (2011), Freitas (1995) e Villela (2016), constituem o referencial teórico que auxilia na discussão acerca dos aspectos voltados para o ensino desenvolvido nas Escolas Normais, bem como as representações associadas a esta modalidade de ensino e as estudantes. Metodologicamente, o trabalho de pesquisa com fontes documentais, é realizado a fim de perceber a versatilidade de caminhos e olhares sobre um mesmo documento e por fim para que se obtenha maiores compreensões acerca do que foram as Escolas Normais e posteriormente os Cursos Normais Regionais, como forma de promover a valorização das lutas e avanços imbricados na profissão de professor.

**Palavras-chave:** Curso Normal, Formação Docente, Escolas Normais.

### INTRODUÇÃO

Tendo como aporte os processos de lutas e avanços que se encontram interligados nas melhorias enredadas na profissão docente, este artigo se configura a partir dos estudos realizados para a escrita monográfica que versou sobre a formação docente no curso Normal Regional de 1º Ciclo em Assú, Rio Grande do Norte. A partir das investigações desenvolvidas, pretendo discutir acerca desde como se estabeleceram e se organizaram as Escolas Normais até a criação dos Cursos Normais Regionais, dando ênfase ao criado no município de Assú no final do ano de 1951.

O Curso Normal Regional de Assú, Curso Normal de 1º Ciclo formava em sua maioria mulheres para atuarem como regentes de ensino nas escolas de primeiras letras espalhadas pelo interior do estado do Rio Grande do Norte, fomentando a saída do mestre leigo desse espaço, como também, possibilitando a saída da mulher do espaço privado para o público, por meio da sua profissionalização e exercício da docência.

Por meio desta pesquisa construo um diálogo com fontes a exemplo de atas, livros de ponto, caderno de criação, ambos encontrados no acervo da Escola Estadual Juscelino

---

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN.  
Contato:[leticia.cris2702@gmail.com](mailto:leticia.cris2702@gmail.com)

Kubistchek e que me orientam acerca dos processos sociais, políticos, econômicos e culturais que regiam a sociedade e se configuravam na forma como a mulher era percebida em seu espaço de trabalho.

## OS PROCESSOS ENVOLVIDOS NA FORMAÇÃO DOCENTE

Compreender os fatores ocultos e que fazem parte do processo de Formação Docente sempre foi algo instigante e que me inquietava bastante, poder problematizar e refletir acerca das relações sociais, culturais, eclesiais e políticas e entender como elas fundamentam as ideias pedagógicas desenvolvidas em nosso país e que se encontram interligados aos aspectos e avanços do âmbito educacional para cada época em questão, entendendo que todo avanço em torno da profissionalização docente é resultante dos ideários históricos, socioeconômicos e culturais de cada época. As continuidades e discontinuidades em torno dessa valorização giram em volta dos pensamentos que se tinham na época de cada pesquisa. A busca por reconhecimento profissional, e formação de docentes, a busca por capacitação, o que de acordo com Nóvoa (1999, p.15) de maneira inicial o ato de ensinar era voltado aos religiosos:

Inicialmente, a função docente desenvolveu-se de forma subsidiária e não especializada, constituindo uma ocupação secundária de religiosos ou leigos das mais diversas origens. A gênese da profissão de professor tem lugar no seio de algumas congregações religiosas, que se transformaram em verdadeiras *congregações docentes*.

A valorização do docente e a busca por profissionalização surgiram através das lutas, a busca pela educação sistematizada cresce de acordo com o progresso econômico e político, assim conclui-se que “Os professores são funcionários, mas de um tipo particular, pois a sua acção está impregnada de uma forte intencionalidade política, devido aos projectos e às finalidades sociais de que são portadores.” (NÓVOA, 1999, p.17). Desse modo, é perceptível que durante toda a história os modelos educacionais regentes se configuram de acordo com os aspectos sociais, políticos e econômicos. As diversas vertentes educacionais nos possibilitam refletir sobre o objetivo político regente de cada época, pois a escola é porta voz do que o Estado prega como sendo seu ideário.

O aumento das Escolas Normais no Brasil e em especial no Rio Grande do Norte, destacando os avanços de infraestrutura e tecnologias que ocasionaram no ensino e constatando a relevância dessas instituições para profissão docente, bem como, para a educação norte-rio-grandense. Por meio desses avanços, compreender o funcionamento e

ramificações das Escolas Normais para o interior dos Estados com a nova categoria de Curso Normal Regional, como nos afirma Silva (2011, p.224)

O Rio Grande do Norte era o único estado que não possuía essa modalidade de Ensino Normal, até dezembro de 1951, quando foram criados 14 Cursos Normais Regionais, em pontos diversos do interior: Martins, Pau dos Ferros, Santa Cruz, Santana do Matos, Florânia, Nova Cruz, Angicos, Macau, Currais Novos, Alexandria, Apodi, Ceará-Mirim, Caraúbas e Assú.

Diálogo com Nóvoa (1999, p.18), em busca de perceber o real significado da abertura de instituições de formação de professores, que de todo modo favoreciam e legitimavam a importância da docência para a educação.

As escolas normais representam uma conquista importante do professorado, que não mais deixará de se bater pela dignificação e prestígio destes estabelecimentos: maiores exigências de entrada, prolongamento do currículo e melhoria do nível acadêmico são algumas das reivindicações inscritas nas lutas associativas do século XIX e XX. (NÓVOA, 1999, p18).

A expansão dos Cursos Normais simbolizava para a profissão do professor o reconhecimento e valorização necessária, pois agora era preciso ter formação para assumir o papel de ensinar, promovendo para a docência um status que possibilitava a mulher a sair do estigma de mãe ou esposa para a busca por uma profissão que permitisse a sua saída do espaço privado para o público.

Estudar o processo de Formação Docente é compreendê-lo para além das questões que referem-se apenas ao espaço arquitetônico das instituições educacionais. Os projetos educacionais são pensados a partir de projetos políticos que buscam orientar e ou imprimir suas marcas, princípios e ideias para a formação dos cidadãos. Historicamente, a Formação Docente no Rio Grande do Norte deu-se de forma mais concreta a partir da reabertura da Escola Normal de Natal (1908), inaugurando no estado um novo momento para a questão da formação de professores.

De acordo com Nestor dos Santos Lima (1887-1959), educador norte-rio-grandense que atuou ativamente na organização das instituições educacionais do estado durante as primeiras décadas do século XX, não adiantaria realizar reformas educacionais se estas, para além da consideração das instalações físicas, de horários e materiais, não levassem em consideração a formação dos professores. Segundo ele, sem dar relevo a este ponto, qualquer reforma haveria de falhar.

O início do período republicano é marcado por discussões relevantes acerca da atuação docente, sobretudo com as questões relacionadas à docência feminina e suas possibilidades e/ou limitações. A relação da professora com a “figura mariana” de castidade, missão

maternal e, no interior desta, a ação moralizadora por meio de mulheres que como mães formariam os cidadãos e, portanto, contribuiriam para os rumos futuros da nação. Como na obra de Freitas (1995) onde se percebe que a figura da ex-normalista girava em torno das representações que o Curso Normal trazia para os seus familiares e para sociedade da época. Em Silva (2013, p.82) vemos que “A inserção feminina na Escola Normal era a possibilidade que a mulher dispunha de se engajar no mundo do trabalho, uma vez que tal possibilidade não subverteria as funções femininas: ser mãe, esposa e dona-de-casa. Eram funções cumulativas.” Expressando então, que a busca da mulher por uma profissão e a sua grande participação nas salas de formação, se resultam da profissão docente ser vista e associada ao cuidado, por essas razões as mulheres não se desvinculavam do papel que era proposto para elas até então.

Conforme mencionado, historicamente os projetos políticos de sociedade imprimem fortemente suas marcas através da educação, utilizando-a por vezes como porta-voz daquelas ideias que se deseja disseminar. Nos anos iniciais do século XX, a criação de Grupos Escolares e instituição de formação de professores, as chamadas Escolas Normais até por meio de suas estruturas físicas versavam acerca dos ideais daquela sociedade.

Para tanto, investigar a formação no Curso Normal de 1º Ciclo em Assú significa, portanto, captar aspectos peculiares do tempo/espaço que este funcionava, seus objetivos de formação e quais as ideias e discursos que orientavam os estudos das normalistas para a futura atuação na educação do município.

## **AS PRIMEIRAS ESCOLAS NORMAIS**

Após a Lei Imperial promulgada em 15 de outubro de 1827, que se pautava na instrução e formação em escolas de primeiras letras, surge à necessidade de criar instituições que formem docentes para atuar nessas escolas. Levou-se algum tempo para a criação das primeiras Escolas Normais pelo interior do Brasil. As Escolas Normais são instituições organizadas para garantir e subsidiar a formação docente necessária para o ideário político da época e com o intuito de formar docentes para o campo de atuação proposto pela Lei Geral (1827). Elas se organizam na formação de professores e o seu currículo se organiza no modelo de educação que o professor deveria está preparado para exercer após a sua formação.

Em relação às Escolas Normais, elas foram criadas no Brasil, a partir de 1830, nas províncias de Niterói (1835), Bahia (1836), Ceará (1845), São Paulo (1846), Pará (1839), Sergipe (1870) e Goiás (1882), e só aceitavam inicialmente alunos do sexo masculino. (FREITAS, 1995, p.24).

Essas escolas passaram por altos e baixos com relação à precariedade em infraestrutura e a falta de público e por diversas vezes foram fechadas e reabertas como é o caso da Escola Normal da província de Niterói que fechou e foi reaberta no ano de 1859. Essas escolas eram estruturadas e imbricadas aos pensamentos políticos da época, a sua organização era resultado do que estava proposto e que era perceptível com relação aos avanços políticos, sociais e econômicos. Como (FREITAS 1995) ressaltou as primeiras Escolas Normais eram pra homens, levou-se um considerável espaço de tempo para que fossem criadas escolas normais para mulheres

Aos poucos foram sendo criadas Escolas Normais femininas, como aconteceu em Sergipe em 1877, e em Minas Gerais em 1906. Outra forma de acesso para as jovens que desejavam fazer o curso normal, era através de vagas em escolas normais já existentes, como o caso de São Paulo. Também as outras escolas normais, no final do século XIX, começam a receber alunas. (FREITAS, 1995, p.24)

Essas escolas permitiam a saída da mulher do espaço privado para o público e a busca das mesmas por profissionalização. (REZZUTTI, 2018, p.80) “Os mestres, imputados como mais duros na maneira de educar as crianças, foram aos poucos sendo substituídos pelas professoras. Afinal, para a sociedade, uma mulher cuidar de crianças era um prolongamento das funções maternas e, por isso, aceitável como profissão feminina.” Compreendendo, portanto, a associação da mulher mesmo em seu campo profissional a figura daquela que nasceu pra ser a criadora, cuidadora, a figura de mulher-mãe, mariana.

Mesmo com a inserção da mulher na profissão docente, ainda se percebia nas Escolas Normais a diferenciação dos conteúdos oferecidos para as mulheres e para os homens.

Ao que tudo indica, destinavam-se mais ao ensino das prendas domésticas, às orações e aos rudimentos de leitura. Isso mostra que as mulheres não eram formalmente proibidas de frequentar as escolas. No entanto, a seleção se operava pela redução do conteúdo do currículo das escolas femininas. Elas deveriam aprender a ler, escrever e fazer as quatro operações. A parte relativa a decimais e proporções, bem como o estudo da geometria, que fazia parte do currículo dos meninos, era interdita às meninas. Elas aprendiam, em contrapartida, a coser, a bordar e os demais misteres próprios da educação doméstica. (VILLELA, 2016, p.108)

Isso evidencia a organização dos currículos baseados nos processos políticos e sociais de como era percebido e pensado o papel da mulher na sociedade da época em questão, como o que está explícito no artigo 12 da Lei Geral de 1827 que por mais que garanta a presença da mestra e de alunas nas escolas de primeiras letras fomentando a elas uma profissionalização que de certo modo a retirava do papel de ser somente mãe e esposa, deixava inclusive evidenciado a distinção dos conteúdos que são considerados próprios para as mulheres,

retirando do seu currículo noções de geometria no caso das alunas e diferenciação com relação à nomeação das mestras sendo assim necessária a comprovação da sua índole.

## DE ESCOLAS NORMAIS À CURSOS REGIONAIS

No Rio Grande do Norte, desde o ano de 1873 que se organizava a abertura de uma Escola Normal e do mesmo modo das outras por razões diversas foi fechada, se consolidando somente no ano de 1908. As tentativas anteriores são datadas de 1873, 1890 e 1896 e por razões semelhantes não obtiveram sucesso, sendo o fator principal a falta de alunos evidenciando o que Nestor dos Santos Lima configura como “nati-mortas”<sup>2</sup>, pois duravam pouco tempo e desse modo formava-se poucos docentes. Consolidada somente no ano de 1908 essa instituição se espelhava nos moldes da Escola Normal de São Paulo, seguindo então os preceitos do educador Nestor dos Santos Lima, que foi diretor dessa instituição durante o período de 1911-1923, onde organizava as melhorias e avanços por meio das inspetorias tanto das Escolas Normais, quanto da educação elementar, realizadas com a criação do Departamento de Educação no qual Nestor foi diretor de 1924-1928, reafirmando a importante contribuição, quando se contrapôs ao que era feito e ao invés de mandar educadores para fora do Brasil para observar os avanços educacionais, mandava para os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, como também, para o interior do Rio Grande do Norte para constatar as necessidades educacionais e buscando dentro do seu país os ideários de educação que caberiam para melhoria da educação norte-rio-grandense.

Nestor tinha suas práticas condizentes com os movimentos escolanovistas, ele diferente de muitos educadores que enviavam pessoas para fora do país para observação do ensino, ele enviou pessoas para o interior do estado, não só enviou como ele mesmo se deslocou buscando investigar as necessidades das instituições de ensino afim de proporcionar seus avanços. (BARROS, FONSECA, NOGUEIRA, AMORIM, 2018, p.4)

Mostrando assim o seu diferencial e preocupação com a educação ocorrida no interior do estado. Percebe-se que no Rio Grande do Norte só havia a existência de duas Escolas Normais, sendo elas a de Natal e a de Mossoró o que nos possibilita refletir sobre como era a educação existente no interior do estado durante esse período, evidenciando, pois, a possível não capacitação do professorado para atender a demanda de instituições existentes no interior.

Com a promulgação do Decreto Lei n. 8.530 de 1946 surge às extensões do modelo de Escola Normal, se adequando as necessidades de formação para atuar no interior e

---

<sup>2</sup>Termo utilizado no livro: MORAES, Maria Arisnete Câmara de. Chicuta Nolasco Fernandes, Intelectual de Mérito. Natal: Editorial A República, 2006. 174p.

promovendo, desse modo, a capacitação necessária para que haja a saída dos professores leigos do campo de atuação, legitimando mais uma vez a profissão docente, portanto, como nos afirma (SILVA, 2013, p.44) “As Escolas Normais foram responsáveis pelo estabelecimento de um saber especializado e um conjunto de normas que constituíram esse campo profissional. A titulação permitia aos professores o ingresso no magistério. ”

No início da segunda metade do século XX, as instituições de formação docente, restritas as Escolas Normais de Natal e Mossoró, eram insuficientes para atender as demandas das escolas primárias norte-rio-grandenses, o que implicava a presença do mestre leigo na sala de aula. (SILVA, 2011, p. 40)

Com isso nota-se a necessidade do governo em abrir novas instituições no interior dos estados para que assim possa atender a demanda dos alunos. Fora a necessidade de formar docentes capacitados para exercer a profissão docente com tamanho êxito.

### **A CRIAÇÃO DO CURSO NORMAL REGIONAL EM ASSÚ**

O Decreto Lei n. 8530 de 1946 estabelecia, portanto, no seu capítulo III, denominado de Dos tipos de estabelecimentos de ensino normal:

Art.4º Haverá três tipos de estabelecimento de ensino normal: o curso normal regional, a escola normal e o instituto de educação.

§ 1º Curso normal regional será o estabelecimento destinado a ministrar tão somente o primeiro ciclo de ensino normal.

§ 2º Escola normal será o estabelecimento destinado a dar o curso de segundo ciclo dêsse ensino, e ciclo ginásial do ensino secundário.

§ 3º Instituto de educação será o estabelecimento que, além dos cursos próprios da escola normal, ministre ensino de especialização do magistério e de habilitação para administradores escolares do grau primário.

§ 4º Os estabelecimentos de ensino normal não poderão adotar outra denominação senão as indicadas no artigo anterior, na conformidade dos cursos que ministrarem.

*Parágrafo único.* É vedado a outros estabelecimentos de ensino o uso de tais denominações, bem como o de nomes que incluam as expressões normal, pedagógico e de educação.

Essa lei resulta na criação de diversos Cursos Regionais de 1º Ciclo que se espalham pelo interior do estado, nas cidades de Assú, Santana do Matos, Florânia, Pau dos Ferros, Macau, Angicos, Apodi, Currais Novos, entre outros municípios, oportunizando a formação de novos docentes e favorecendo a busca por maior qualidade na educação, evidenciando os seus avanços junto a população local do interior. “O Curso Normal de 1º Ciclo nessa configuração ganhou sentido de existir para formar o magistério no interior do estado, onde a administração pública alegava dificuldades financeiras e de recursos humanos para fixar Escolas Normais e os Institutos de Educação” (SILVA, 2011, p. 42). Com o Decreto Lei de

1946 fica estabelecido a necessidade dessas ramificações para assim atender às demandas e precariedades de ensino existentes no interior do Rio Grande do Norte.

Dando seguimento ao que estava proposto no Decreto Lei de 1946, se expandiu no interior do estado a criação de diversos Cursos Normais Regionais que possuíam essa nomenclatura por atender e compreender a formação de regentes para que atuassem no ensino primário, por esse modo, essa espécie de Curso Normal, também, compreendia o nome de Curso Normal de 1º Ciclo, pelo fato de formar docentes com capacitação para as escolas de primeiras letras.

O Curso Normal Regional de Assú foi criado em 1951 com a Lei Estadual n. 621 de 06 de dezembro e começou a funcionar somente no ano seguinte no Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia, pois ainda não havia prédio fixo, “Foi inaugurado em 1958 como *Centro Educacional Juscelino Kubitschek*, em homenagem ao presidente do Brasil, com mandato de 1956 a 1961. ” (SILVA, 2011, p. 58). Para entrar no Curso Normal Regional era necessário que a normalista passasse por uma avaliação, um exame de admissão, conforme indicado na legislação n. 8530 de 1946:

- Art. 20. Para admissão ao curso de qualquer dos ciclos de ensino normal, serão exigidas do candidato as seguintes condições;
- a) qualidade de brasileiro;
  - b) sanidade física e mental;
  - c) ausência de defeito físico ou distúrbio funcional que contraindique o exercício da função docente;
  - d) bom comportamento social;
  - e) habilitação nos exames de admissão.

Para a admissão das alunas no Curso Normal, um fator que chama atenção é o especificado no item “d”, referente ao bom comportamento, de certo modo explicando a necessidade de se saber sobre os familiares, como requisito para avaliar a índole do aluno (a). No acervo foi encontrada em meio aos documentos da instituição, a relação com os nomes dos alunos da primeira turma no ano de 1952.



Figura 01: Estudantes da primeira turma (1952)

1952 - Curso Regional de Ensino

Nome	Filiação	Idade
Carolina Santa's de Araújo	Ademar Ferreira de Araújo	7
Aldeia Maria de Frazão	Pedro Luis de Frazão	11
Marcelo Lobo Soares	Yosi Lobo de Araújo	8
Teobaldo Costa Frazão	Henrique Augusto Frazão	9
Maria Lúcia de Araújo	Joaquim Francisco de Araújo	12
Teremina Baldo de Azevedo	Carlos Leopoldo de Azevedo	12
Marcelo Salda Farias	Fris de Araújo	27
Marcelo da Talita Farias	Antônio Carlos	28
Marcelo Varela Santa's	Francisco Romão Santa's	14
Marcelo de Araújo Cruz	Luís Alfredo de Araújo	8
Marcelo de Araújo Cruz	Luís Cândido de Araújo	23
Marcelo de Araújo Cruz	Francisco Batista	7
Marcelo de Araújo Cruz	Genesio Romão de Brito	21
Marcelo de Araújo Cruz	Yosi Romão de Araújo	25
Marcelo de Araújo Cruz	Marcelo Romão de Araújo	11
Marcelo de Araújo Cruz	Yosi Romão de Araújo	14
Marcelo de Araújo Cruz	Yosi Romão de Araújo	11
Marcelo de Araújo Cruz	Luís Augusto de Araújo	22
Marcelo de Araújo Cruz	Luís Augusto de Araújo	22
Marcelo de Araújo Cruz	João de Araújo Cruz	-
Marcelo de Araújo Cruz	João de Araújo Cruz	-

Fonte: Acervo da Escola Estadual Juscelino Kubistchek

A ida ao acervo, o contato com o documento, o turbilhão de possibilidades de pesquisas, os questionamentos que arquitetei seguindo o meu ponto de vista, ganha respaldo do fato da sua primeira turma que teve os estudos iniciados no ano de 1952 e que foi composta por mulheres, nos propiciando refletir sobre quem eram essas normalistas, a que classe social pertenciam, de que cidades e comunidades viam. E seguindo os costumes da época, analisar a que família pertenciam como recurso para compreender a sua presença num curso de formação de professores, compreendendo por meio da família qual a sua conduta, fator esse chave para observar a normalista em sua admissão, seguindo o que está posto no

documento, encontramos a filiação e idade das alunas, pois para a admissão as alunas tinham que ter idade mínima de 13 anos.

Seguindo esta perspectiva o Curso Normal Regional de Assú tem como índice maior a inscrição de mulheres, o que nos possibilita pensar e refletir nesse período como de transformação e ascensão social da figura feminina, onde a mulher sai do paradigma de ser somente mãe ou esposa para a construção profissional, o que lhe proporciona uma nova perspectiva de vida com relação aos olhares do social. O Curso Normal surge como quebra desses estereótipos sociais e como possibilidade de ampliação dos limites sociais postos às mulheres.

A organização do currículo estava pautada no decorrer do Decreto Lei n. 8530 de 1946, onde consta que o Curso Normal Regional terá a durabilidade de quatro anos, formando regentes do ensino primário, contando com as seguintes disciplinas; Português, Matemática, Desenho e Caligrafia, Trabalhos Manuais e Economia Doméstica, Geografia Geral e Ciências Físicas e Naturais, Educação Física e Canto Orfeônico.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Portanto, tomando como base a discussão realizada por meio desta pesquisa, percebemos que as fontes documentais podem nos revelar momentos e histórias por nós não vividos e que nos auxiliam na compreensão de aspectos que ocorrem a nossa volta nos tempos de hoje, nos revelando que os avanços e o que compreendemos hoje como profissão de professor estava envolvida com lutas e ações culturais e que seus avanços são resultantes dos avanços sociais e políticos.

Os Cursos Normais Regionais foram instituições frequentadas em sua maioria por mulheres, as normalistas, o que nos remete a valorização da figura dessa docente para a sociedade da época, de refletirmos sobre os avanços cometidos a figura da mulher, onde a mesma pôde sair do espaço privado para o público, por meio do trabalho, de sua profissionalização.

Pesquisar esses aspectos implica na compreensão de que o que conhecemos hoje, passou por diversas transformações, de entendermos que a Formação Docente está enredada por lutas diárias, de refletirmos e buscarmos a valorização do profissional professor e da docência.

## **REFERÊNCIAS**

BARROS, Micaele Cavalcante; FONSECA, Kivia Dulce; NOGUEIRA, Letícia Crislaine Tavares; AMORIM, Sara Raphaela Machado de. **Viagens e educação**: contribuições da inspetoria de ensino para organização da educação pública no Rio Grande do Norte (1924-1927). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. 2018.

Decreto Lei n. 8.530 de 1946. Disponível em <[www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1pe.html)> Acesso em 13 abr, 2019.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. “**Vestidas de azul e branco**”: Um estudo sobre as representações de ex-normalistas acerca da formação profissional e do ingresso no magistério. (1920-1950). 1995, 168f. Dissertação de mestrado- Universidade Estadual de Campinas.

Lei de 15 de outubro de 1827. Disponível em <[www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html)> Acesso em 13 abr, 2019.

MORAES, Maria Arisnete Câmara de. **Chicuta Nolasco Fernandes, Intelectual de Mérito**. Natal: Editorial A República, 2006. 174p.

NÓVOA, Antonio. (Org.). **Profissão professor**. 2. ed. Porto/Portugal: Porto Editora LDA, 1999.

REZZUTTI, Paulo, 1972. **Mulheres do Brasil**: a história não contada. Rio de Janeiro: LeYa, 2018.

SILVA, Francinaide de Lima. **A Escola Normal de Natal (Rio Grande do Norte, 1908-1971)**. 2013, 163f. Tese de Doutorado- Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SILVA, Maria da Conceição Farias da. Curso Normal Regional em Assú/Rio Grande do Norte. **Revista Educação em Questão**, Natal v. 40, n. 26, p.220-245, 2011.

\_\_\_\_\_. **O Curso Normal de 1º Ciclo em Assu/RN (1951-1971)**. 2011, 169f. Tese de Doutorado - Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Norte.

VILLELA, Heloisa de O. S. O mestre-escola e a professora. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive Veiga. (Org) **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.